

DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 80: UM TEXTO SINTÉTICO

*Paulo de Martino Jannuzzi*¹

*Fernando Augusto M. Mattos*²

*Leticia Navegantes*³

1. INTRODUÇÃO

A década de 80 foi um período de inflexão de tendências no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Ao ciclo expansionista do Milagre dos 70 seguiu-se um período de forte instabilidade e crise macroeconômica, com reflexos decisivos sobre a realidade socioeconômica e, em especial, sobre o mercado de trabalho. É sobre os impactos da crise nesta última dimensão que este artigo se detem.

Objetivamente, este texto se propõe a descrever o comportamento do mercado de trabalho nos anos 80, sintetizando algumas tendências apontadas na literatura e apontando transformações estruturais que podem ser antevistas à luz dos dados disponíveis. Embora não se disponha, ainda, de informações censitárias atuais sobre o mercado de trabalho brasileiro, as séries históricas levantadas pelas PNADs- Pesquisas Nacionais por Amostra de

1 Professor dos Departamentos de Economia e Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Administração Pública pela EAESP/FGV e Doutorando em Demografia no IFCH/NEPO/UNICAMP.

2 Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Ciências Econômicas e Doutorando em Ciências Econômicas na UNICAMP.

3 Mestranda em Sociologia no IFCH/UNICAMP.

Domicílios-, na década passada, possibilitam uma análise preliminar do mesmo. Afinal, são nove levantamentos de dados, de 1981 a 1989, abarcando questões sobre situação de emprego, rendimento, ocupações, horas trabalhadas, escolaridade etc, além das informações disponíveis em outras fontes (PME, PED e RAIS).

Com um enfoque mais descritivo que analítico- e sem o compromisso de uma cobertura exaustiva do tema-, passamos a apresentar alguns dos aspectos que marcaram o comportamento do mercado de trabalho nos anos 80. Ao longo do texto, apontam-se algumas questões metodológicas importantes - e ainda não resolvidas- presentes nos estudos sobre o mercado de trabalho.

2. MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO SETORIAL DA OCUPAÇÃO

Com exceção das ocupações na Agropecuária, a mudança na estrutura setorial da força de trabalho seguiu a evolução do PIB nos diversos ramos de atividade econômica. Como mostra Cacciamali (1992), o terciário foi um dos setores que mais se expandiu ao longo da década, passando a reunir mais da metade da população ocupada no país em 1989.

Para essa terciarização da ocupação "teriam concorrido, por um lado, processos de ajuste produtivo e de externalização de serviços industriais (visíveis, por exemplo, no crescimento dos serviços financeiros e técnicos), bem como a ampliação e diversificação da rede de comércio e serviços, voltada para o atendimento das camadas de média e alta renda urbanas." (Oliveira, 1993:21). As

observar que a inequívoca tendência de terciarização demonstrada pelos dados referentes a 1989 ainda estão descrevendo os momentos iniciais do fenômeno da reestruturação industrial-acelerada a partir dos anos 90- podendo-se prever que o aumento do peso do setor terciário na estrutura setorial esteja aumentando nos anos mais recentes.

Esta terciarização da estrutura setorial reproduz uma tendência verificada nas economias dos países centrais nas últimas décadas. No Brasil, pode-se supor que o aumento da participação do setor terciário deverá se acentuar ainda bastante nas próximas décadas, dado que o peso da ocupação agrícola ainda se encontra em um patamar elevado "vis-à-vis" a participação destas atividades na estrutura setorial dos países desenvolvidos⁴ (Mattoso 1994:80).

Contrastando com seu desempenho nos anos do Milagre, a indústria cresceu apenas à taxa média anual de 1,3% entre 1980 e 1989. Como resultado dessa baixa expansão setorial do PIB - e de técnicas de produção menos intensivas em mão de obra-, a participação de ocupados em atividades industriais permaneceu praticamente inalterada em torno de 24% no período. O desempenho medíocre da Construção Civil em termos de expansão setorial do PIB- e das ocupações- deve ser explicado em grande parte pela crise do Sistema Financeiro de Habitação e, também, pela notável diminuição dos investimentos realizados pelo Estado em grandes obras de

4 Deve-se ressaltar que o caráter urbano-industrial da sociedade brasileira tem se acentuado nas últimas décadas, sendo que a participação da população rural na população brasileira decresceu de 68,8%, em 1940, para 55,3%, em 1960, para 44,1%, em 1970, para 32,4%, em 1980 e para 25,7% em 1989. A trajetória da PEA agrícola em relação à PEA total seguiu tendência semelhante.

engenharia civil, na década de 1980, em comparação com as décadas anteriores.

As ocupações na Agropecuária representavam 23% das ocupações no país em 1989, participação menor que a do começo da década, a despeito da forte expansão do PIB agropecuário. Tal descompasso entre crescimento econômico setorial e redução relativa das ocupações na Agropecuária se dá pela conjugação da introdução de técnicas mais modernas de manejo e maquinário no campo com a expansão da área plantada nas lavouras de exportação.

Tabela 1:
Composição da ocupação e expansão do PIB por setores
Brasil 1970/89

SETOR	COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO			CRESC. PIB *	
	1970	1980	1989	1970/80	1980/89
Agropecuária	44,3	29,9	23,1	4,8	3,1
Ind. Total	17,9	24,4	23,7	9,3	1,3
Ind. Transformação	11,0	15,7	15,9	9,0	0,9
Ind. Const. Civil	5,9	7,5	6,2	10,2	0,2
Comércio/Serviços	37,8	45,7	53,2	9,0	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	8,7	2,2

Fonte: Cacciamali (1992)

* Taxas médias anuais nos períodos

3. EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO E POSIÇÃO OCUPACIONAL E A QUESTÃO DA INFORMALIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO

Ao longo dos anos 80, a condição ocupacional da PEA apresentou alguma melhora em relação a 1981. A porcentagem de pessoas ocupadas passou de 95,7% para 97,0 % no período (dados referentes ao mês de agosto). Não se deve deixar de observar, porém, que o percentual de desocupados apresenta-se artificialmente baixo pela forma de levantamento da informação sobre ocupação na PNAD e pela incorporação de parcela dos "desempregados" no mercado informal de trabalho ou como conta própria⁵.

A formalização das relações de trabalho não apresentou tendência clara de estar aumentando, em termos globais, ao longo da década. Cerca de um quarto da PEA compõe-se de trabalhadores sem carteira assinada (tabela 2), alocados principalmente em atividades agropecuárias e serviços. Curiosamente, foi nestes dois setores da economia onde se deram as principais alterações no campo da formalização do trabalho: enquanto se verificava uma regulamentação acelerada nas relações de trabalho na Agropecuária, no Terciário presenciou-se o aumento da informalização do emprego (Cacciamali, 1992).

5 Para uma discussão metodológica do conceito de desemprego nas pesquisas amostrais do IBGE, vide Medina (1986). Para uma apresentação do conceito de desemprego da PED, executada pelo convênio SEADE/DIEESE, vide Troyano (1990). Vide também Medici (1983 e 1986).

Tabela 2 : Distribuição (%) das pessoas economicamente ativas por condição de ocupação e posição na ocupação segundo as PNADs 81-89 - Brasil

COND. POS. OCUPAÇÃO	1981	1985	1989
Pessoas Ocupadas	95,7	96,6	97,0
- Empr. c/ cart. ass.	35,7	35,2	37,9
- Empr. s/cart. ass.	25,7	27,1	26,1
- Conta própria	21,7	22,0	21,2
- Empregador	3,1	3,1	4,2
Pessoas desocupadas	4,3	3,4	3,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1991)

Procedendo-se, porém, a uma avaliação sucinta do comportamento da estrutura ocupacional do emprego não-agrícola⁶ nos anos 80, verifica-se, em primeiro lugar, uma ligeira queda do peso do emprego assalariado⁷, com alterações em sua composição interna que indicaram um crescimento do peso do emprego sem carteira em detrimento do emprego com carteira (emprego formal). Verifica-se que, na década de 80, o peso do trabalho autônomo (ocupações por conta-própria) teve reduzidas oscilações, enquanto a participação dos empregadores apontou um crescimento relevante (considerando-se o peso destes na estrutura ocupacional), passando de 3,1% para 4,3% do total de ocupados (tabela 3).

6 Nesta tabela, optou-se por utilizar apenas o emprego não-agrícola, como forma de eliminar o efeito-composição derivado da contínua perda do peso do emprego agrícola na estrutura ocupacional brasileira, conforme vimos no item anterior.

7 Empregados com carteira de trabalho assinada somados aos empregados sem carteira de trabalho assinada.

Tabela 3 : Distribuição (%) das pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas segundo posição na ocupação segundo as PNADs 81-89 - Brasil

POS.OCUPAÇÃO	1981	1983	1986	1987	1989
Total não-agrícola	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
- Total emprego assal.	75,2	74,0	75,5	74,6	74,5
* Empr. com carteira	57,7	54,9	56,2	55,0	55,6
*Ativ. não publ. e soc.	42,3	39,1	39,7	38,9	39,1
*Ativ. publ. e soc. (2)	15,4	15,8	16,5	16,1	16,5
* Empr. sem carteira(1)	17,5	19,1	19,3	19,6	18,9
- Conta própria	19,8	20,7	19,7	20,2	19,1
- Empregador	3,1	3,2	3,4	3,4	4,3
- Sem remuneração	1,9	2,1	1,4	1,8	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, vários anos

Notas:

(1) Nos anos de 1981 e 1983, dentre os empregados sem carteira, foram excluídos os ocupados nas frentes de trabalho do Nordeste, por representarem uma situação ocupacional de caráter excepcional provocada pela seca que se abateu sobre o sertão nordestino naqueles anos.

(2) Os empregados com carteira assinada das atividades pública e social incluem os servidores públicos com contrato de trabalho não regido pela C.L.T. Esta opção metodológica foi tomada porque o caráter estável destas ocupações se assemelha mais com o emprego assalariado com carteira do que com qualquer outra situação ocupacional dentro do mercado de trabalho.

A perda de participação relativa do emprego com carteira ocorreu especialmente no setor privado, tendo sido parcialmente contraba-

lançada pelo aumento do emprego formal no Setor Público e nas Atividades Sociais. Entre as Atividades Sociais estão contidas, especialmente, as atividades de Educação e Saúde, cuja incidência aumenta crescentemente com a urbanização. Neste contexto, o significativo crescimento populacional das cidades brasileiras, especialmente as de médio porte (Martine, 1995)⁸, durante os anos 80, deve ter contribuído para a expansão do emprego nestas atividades⁹. As perspectivas de uma contínua ascensão do emprego no setor público e nas atividades sociais, porém, não são favoráveis, dada a conhecida crise fiscal que afeta o Estado brasileiro.

O movimento de perda de peso relativo do emprego com carteira¹⁰ no setor não-agrícola, nos anos 80, significa uma reversão na tendência do processo de estruturação do mercado de trabalho nacional ocorrido em décadas anteriores¹¹, mais precisamente desde o final da década de 50, quando um grande bloco de investimentos implantou a indústria pesada no país, fornecendo uma característica urbano-industrial à sociedade brasileira.

O crescimento do emprego sem carteira, concomitante ao crescimento do peso dos empregadores no mercado de trabalho

8 Na década de 80, as cidades com mais de um milhão de habitantes cresceram a taxas bem inferiores às cidades com menos de um milhão de habitantes.

9 De outro lado, a significativa diminuição das migrações em direção às grandes metrópoles nacionais (SP e RJ) contribuiu para não agravar a situação sobre o mercado de trabalho urbano brasileiro.

10 O aumento do peso do emprego sem carteira na estrutura ocupacional brasileira deu origem a um debate a respeito da chamada informalização do mercado de trabalho e seus determinantes. Dado o reduzido espaço deste texto, não vamos nos deter neste debate, mas deixamos pelo menos duas sugestões de leitura: Cacciamali (1989) e Baltar, Dedecca e Henrique (1992).

11 Nas décadas de 60 e de 70 foi expressivo o aumento do peso do emprego com carteira no mercado de trabalho brasileiro. Ver Baltar e Dedecca (1992).

nacional, parece estar revelando que a proliferação de pequenos negócios, nos anos 80, funcionou como alternativa à redução do emprego, ocorrida, especialmente, nas grandes indústrias.

A estabilidade do percentual de participação das ocupações autônomas pode estar encobrindo uma série de alterações no mercado de trabalho nacional que não podem ser captadas pela agregação apresentada neste texto. A conhecida heterogeneidade ocupacional e setorial contida no agregado "ocupações por conta-própria" se reflete em uma elevada dispersão de rendimentos. Esta heterogeneidade de situações ocupacionais autônomas assume características regionais específicas, dependendo do grau de desenvolvimento econômico das regiões brasileiras e das estruturas setoriais destas (Mattos, 1994).

Por fim, devemos ressaltar que, apesar da intensidade da crise brasileira nos anos 80 e da instabilidade decorrente deste contexto econômico adverso, o perfil ocupacional do mercado de trabalho nacional não sofreu alterações significativas*, embora se deva destacar que foi interrompido o processo de estruturação consubstanciado pelo crescimento do peso do emprego com carteira nas décadas anteriores a 1980 (Baltar e Dedecca, 1992). O nível do emprego industrial, ao final da década, manteve-se em patamar semelhante àquele vigente no período do Cruzado, quando a atividade econômica estava bastante aquecida. O impacto da perda de dinamismo econômico da última década revelou-se principalmente sobre os rendimentos dos ocupados do mercado de trabalho brasileiro, conforme verificaremos no item seguinte.

* Dados dos anos 90 provavelmente demonstrarão um quadro diferente com relação a este aspecto

4. O RENDIMENTO DO TRABALHO E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O rendimento do trabalho seguiu o curso dos acontecimentos políticos e planos econômicos do país. O rendimento médio da população economicamente ocupada teve um comportamento irregular na década passada, partindo de cerca de US\$ 227, caindo no primeiro quinquênio, atingindo seu ponto máximo em 1986 (US\$ 320) e chegando ao final, em níveis superiores aos verificados no começo da década** (US\$ 285) (Médici, 1991). Tal elevação não atingiu, no entanto, a grande massa de pessoas ocupadas no país, mas apenas os grupos ocupacionais que já tinham renda mais elevada. Para a grande maioria da PEA é mais apropriado falar em estagnação ou mesmo deterioração do rendimento do trabalho. Em outras palavras: nos anos 80, houve um aumento da concentração da renda do trabalho.

Uma análise da distribuição de pessoas ocupadas por classe de rendimento mensal corrobora a tendência da estagnação do rendimento do trabalho nos anos 80 (tabela 4). As classes de rendimento onde se concentra a maior parte da mão-de-obra assalariada mantiveram seu peso relativo na década, sem tendências claras de crescimento (ou decréscimo) das mesmas. Na década, cerca de 35 % das pessoas ocupadas tiveram rendimentos mensais até um salário mínimo¹². Outros 25 % tiveram rendimentos de 1 a 2

** Deve-se considerar estes dados com certo cuidado, devido às oscilações dos valores da moeda corrente correspondentes em dólar no período considerado. De qualquer maneira, estes valores refletem tendencialmente os movimentos dos rendimentos médios nas diversas conjunturas da década de 90.

12 Nesta comparação longitudinal da distribuição de ocupados por classes de rendimento, o salário mínimo - usado na delimitação das classes - foi corrigido pelo INPC para set/89.

salários mínimos e cerca de 24% recebeu de 2 a 5 salários. De 5 a 10 salários mínimos mensais receberam 9% das pessoas ocupadas. Nas classes de rendimento mais altos, de 10 a 20 e acima de 20 s.m. mensais, há uma ligeira tendência de aumento de peso relativo, passando de cerca de 5% no primeiro quinquênio da década para 7% das pessoas ocupadas no período subsequente.

Tabela 4: Distribuição (%) das pessoas ocupadas por classes de rendimento segundo as PNADs 81-89 (em sal. mínimos, com dados deflacionados pelo INPC p/ sal.mín. set/1989)

CLASSE REND.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
S/Renda a 1 sal.	33,0	39,4	42,7	35,0	23,4	34,2	37,0	35,3
de 1 < 2	25,8	26,9	22,4	28,2	26,9	22,9	23,5	21,4
de 2 < 5	26,9	21,3	22,0	22,3	28,8	24,1	23,4	25,2
de 5 < 10	8,8	7,6	7,8	8,8	12,0	8,8	8,7	9,3
de 10 < 20	3,3	3,2	3,2	3,7	5,4	4,3	4,4	5,0
+ de 20	1,8	1,2	1,5	1,6	2,0	2,1	2,3	3,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Médici (1991)

A julgar pela rigidez da distribuição das pessoas ocupadas nas classes de rendimento mais baixos, o quadro distributivo da renda

teria se deteriorado na década. De fato, com mostra a tabela 5, nos anos 80, houve uma significativa deterioração do perfil da distribuição de renda do trabalho¹³ na economia brasileira. A tendência concentradora da renda apresentou uma ligeira melhora apenas em 1986, quando, inclusive, a renda mediana real do conjunto dos ocupados teve uma recuperação. A apropriação de renda dos 20% e dos 50% mais pobres apresentou uma queda significativa na década, enquanto os 1% mais ricos tiveram sua participação no bolo dos rendimentos do trabalho principal aumentado de 13 para 17% de 1981 a 1989¹⁴. Desta forma, verifica-se o caráter efêmero da modesta melhoria do perfil distributivo no ano do Cruzado. Este resultado parcialmente favorável logo se reverteu nos anos finais da década.

O fato desalentador deste quadro é que a contínua deterioração da distribuição da renda do trabalho parte de um perfil já

13 Os dados de perfil distributivo normalmente são apresentados segundo a renda pessoal do trabalho (salário, rendimento do trabalho autônomo ou pró-labore, no caso dos empregadores). A divisão da renda nacional entre lucros e salários (a chamada distribuição funcional da renda) também pode ser usada para avaliar a distribuição de renda em uma economia. Para uma avaliação da relação existente entre a distribuição pessoal da renda do trabalho e a distribuição funcional da renda, ver Mattos (1995).

14 Os dados de distribuição de renda do trabalho subestimam a verdadeira desigualdade existente na sociedade brasileira, uma vez que estes dados se referem apenas ao momento em que estes rendimentos pessoais são recebidos; ou seja, ao longo do mês, enquanto estes rendimentos são gastos, a escalada inflacionária impõe a eles pesadas perdas de poder de compra, mas isto ocorre de forma diferenciada entre as pessoas, afetando mais intensamente os trabalhadores de rendimentos mais reduzidos, os quais não têm acesso às aplicações do mercado financeiro de forma a defender-se do "imposto inflacionário" (perda diária do poder de compra do dinheiro decorrente dos altíssimos patamares inflacionários). Além disso, há estudos mostrando que são significativos os indícios de subdeclaração dos rendimentos mais elevados (Hoffmann, 1988).

acentuadamente concentrado herdado de décadas anteriores. Ressalte-se, porém, que, nas décadas de 60 e 70, apesar da concentração de renda ocorrida, houve um aumento dos patamares de rendimentos médios reais de parcelas significativas da PEA. Ou seja, nos anos 80, a continuidade da deterioração do perfil de distribuição de renda foi acompanhada por um rebaixamento generalizado dos patamares de rendimentos do trabalho.

Por fim, vale alertar que os indicadores da distribuição de renda brasileira revelam um acentuado contraste com os indicadores dos países desenvolvidos e mesmo com os países de renda per capita semelhante à brasileira (DIEESE, 1993). Estes resultados demonstram o caráter altamente excludente do processo de desenvolvimento econômico brasileiro das últimas décadas.

Tabela 5: Apropriação de renda do trabalho principal da população ocupada por segmentos populacionais

SEGMENTO	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
20% + pobres	2,7	2,6	2,5	2,4	2,7	2,2	2,0	2,0
50% + pobres	13,4	12,6	12,5	12,0	12,5	11,7	11,1	10,4
10% + ricos	46,6	48,1	48,1	48,8	48,8	49,0	51,2	53,2
5% + ricos	36,4	35,5	34,5	35,1	35,5	35,2	37,3	39,4
1% + ricos	13,0	14,0	13,7	14,1	15,2	14,5	15,1	17,3

Fonte: PNAD, vários anos

5. A MUDANÇA DO PERFIL DEMOGRÁFICO DA PEA

A estrutura etária e por sexo da PEA está mudando, resultado em parte das transformações demográficas por que vem passando a população brasileira nas últimas décadas (Jannuzzi, 1994) e em parte

por alterações nas taxas de atividade de diversos segmentos populacionais, em especial o das mulheres.

Em 1976, 29% das mulheres de 10 anos ou mais eram economicamente ativas. No final da década passada, a taxa de atividade feminina passou para quase 39%, muito próxima a valores observados em países desenvolvidos. Este aumento da participação feminina no trabalho deu-se em todas as faixas etárias, e em especial, nas idades de 25 anos ou mais, tornando a curva de taxa de atividade feminina bi-modal, com modas nas idades de 20-24 anos e 30-39 anos (UFRJ/IEI, 1987).

Com isso, as mulheres já representam mais de um terço da força de trabalho do país, e maioria em alguns setores, como na prestação de serviços e atividades sociais (educação e saúde). Diferenciais salariais entre os sexos ainda persistem, mesmo para funções assemelhadas dentro dos diversos setores de atividade econômica. De modo geral, as mulheres recebem menos e participam em menores proporções do mercado formal de trabalho¹⁵.

Tabela 6: Distribuição das pessoas ocupadas por faixas etárias e sexo - 1981, 1985 e 1989

FAIXA ETÁRIA/SEXO	1981	1985	1989
10 a 17 anos	14,2	12,9	12,1
18 a 59 anos	81,3	82,6	83,1
60 anos ou mais	4,5	4,5	4,8
Total Homens	68,8	66,5	64,8
Total Mulheres	31,2	33,5	35,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1991)

¹⁵ Para uma análise específica da inserção da mulher no mercado de trabalho, vide Medici (1987).

Além de reflexo das mudanças sócio-culturais com relação ao papel e expectativas da mulher que se processam no mundo todo desde os anos 70, este aumento da participação da mulher na força de trabalho no Brasil poderia decorrer, segundo Medici (1991:38), da necessidade de manutenção ou ampliação do orçamento doméstico face a estagnação do rendimento do trabalho já apontada.

Houve também um ligeiro declínio das taxas de atividade entre as crianças de 10 a 14 anos, reflexos da queda da participação da mão-de-obra na Agropecuária (na qual a mão-de-obra de menores é mais intensa) e, talvez, da maior permanência delas na escola. O contingente relativo de crianças e adolescentes (sobre o total das pessoas ocupadas) passou de 14% para 12% das pessoas ocupadas entre 1981 e 1989. Os idosos perfaziam no final da década quase 5% das pessoas ocupadas, reflexo da necessidade de continuar trabalhando, mesmo após a aposentadoria, para complemento da renda e do aumento da expectativa de vida do brasileiro médio. Observe-se, contudo, que a procura cada vez mais intensa de empregos por parte de idosos e mulheres reflete não apenas as necessidades imediatas de complementação da renda familiar mas também a demanda por mão-de-obra mais barata e de maior rotatividade.

6. AUMENTO DA QUALIFICAÇÃO NO TRABALHO

A qualificação da estrutura ocupacional é uma função da escolaridade da população e da especialização técnica adquirida no trabalho. Quanto ao primeiro fator, pode-se dizer que, em termos relativos, houve alguma melhora no nível de escolaridade da população nos anos 80, com redução da porcentagem de pessoas analfabetas ou

com menos de 1 ano de instrução e expansão do grupo com 8 anos ou mais de estudo. Em termos absolutos, o analfabetismo e semi-analfabetismo ainda são grandes problemas nacionais, atingindo cerca de 18 milhões de pessoas no Brasil. Acrescente-se a isso as ainda altas taxa de evasão escolar e de repetência, e o conseqüente atraso série/ano, elementos negativos na formação de uma mão de obra de média ou alta qualificação.

Tabela 7: Distribuição (%) da população de 10 anos ou mais segundo anos de escolaridade - 1981, 1985 e 1989

ANOS DE ESTUDO	1981	1985	1989
Sem instr. ou 1 ano	23,1	20,8	18,7
De 1 a 3 anos	26,5	24,5	23,0
De 4 a 7 anos	32,0	33,0	33,9
De 8 a mais anos	18,3	21,5	24,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1991)

Quanto ao processo de qualificação no trabalho, em que pese as várias fontes de estatísticas sobre Mercado de Trabalho no país, há pouca informação publicada. A PME - Pesquisa Mensal de Emprego - realizada pelo IBGE nas principais capitais estaduais e a PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, idealizada pelo convênio DIEESE/SEADE e também realizada em várias capitais - não prevêem a divulgação de tais informações em seus planos tabulares, embora recolham "proxys" delas nas entrevistas em campo. As

PNADs - Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - divulgam tabelas sobre escolaridade da População Economicamente Ativa e as pessoas efetivamente ocupadas, mas não levantam, a rigor, informações mais abrangentes sobre qualificação da mão-de-obra como habilidades manuais, experiência anterior, etc. Além disso, o plano tabular da PNAD não contempla cruzamento entre ramo de atividade econômica por escolaridade da mão-de-obra, informação crucial para análise, dado que os efeitos da mudança organizacional sobre o mercado de trabalho tendem a se dar, primeiramente, nos setores mais modernos e voltados à concorrência internacional.

A RAIS, com todas suas limitações em termos de cobertura de levantamento, de representatividade do mercado de trabalho e de defasagem na publicação de resultados (Jannuzzi 1995), pode ser útil para ilustrar as tendências do aumento de escolaridade da mão de obra empregada, como mostram Árias e Cordeiro (1990) em análise do mercado de trabalho formal entre 1980 e 1988. Neste período, enquanto o emprego formal para indivíduos com escolaridade superior crescia a 3,4% ao ano (e com até 2o. grau completo a 4,3% aa), os empregos ocupados por indivíduos com até 4a. série completa decrescia em 2,4% aa. E concluem "... o exame dos dados relativos à evolução da estrutura educacional ao longo da década revela uma clara preferência empresarial na contratação de trabalhadores com níveis educativos cada vez mais elevados, atitude lógica de quem procura ganhos de produtividade num quadro de economia deprimida com mão-de-obra excedente"(p.228)¹⁶.

16 Ainda que desejável uma melhor qualificação profissional da mão de obra, não se deve perder de vista que, em uma relação de mercado onde cada vez mais a qualificação é exigida e onde grande parte da população permanece desqualificada, a fuga para ocupações informalizadas é a única alternativa possível.

Dados mais ao final da década corroboram tal colocação. Tomando como universo de análise o mercado de trabalho da Indústria de Transformação - para o qual os dados da RAIS são mais representativos (Sabóia e Tolipan: 1983) e para o qual os ditames da reestruturação produtiva têm sido mais imperativos - pode-se notar um aumento da escolaridade no emprego entre 1985 e 1990 (tabela 8). No período, os empregos ocupados por indivíduos com ao menos 1º. grau completo na Indústria de Transformação Brasileira, do Sudeste e Paulista passaram a representar mais de um terço dos empregos totais respectivos, como resultado de um processo de contratação e demissão seletiva, onde os mais escolarizados foram privilegiados na admissão e poupados na dispensa. Em contrapartida, os empregos ocupados por indivíduos com 1o. grau incompleto vêm mostrando tendência declinante na década nos 3 níveis geográficos.

Uma outra forma de avaliar as tendências de qualificação da força de trabalho é através da comparação longitudinal da participação relativa dos diversos grupos sócio-ocupacionais¹⁷ em que se divide a PEA. Neste sentido, Oliveira (1993) mostra que entre os autônomos e empregados do setor privado, as ocupações de nível médio foram as que mais cresceram. Já no setor público, as ocupações manuais tiveram maior expansão.

17 Para uma discussão dos sistemas de constituição de grupos ocupacionais, vide Médici (1989).

Tabela 8: Distrib. de Empregos, de Admitidos e de Desligados por nível de escolaridade na Indústria de Transformação no Brasil, Sudeste e Estado Sao Paulo em 1985 e 1990

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	1985			1990		
	Analf.	1o grau Incom	1o grau Comp	Analf.	1o grau Incom	1o grau Comp
Brasil						
Empregos	3,3	66,2	30,5	3,0	61,4	33,2
Admitidos	3,2	69,6	27,2	3,5	67,0	27,7
Desligados	3,5	71,3	25,2	3,3	67,7	26,2
Sudeste						
Empregos	1,8	65,6	32,6	1,7	60,7	35,4
Admitidos	1,8	68,0	30,2	2,2	65,8	30,6
Desligados	2,1	69,7	28,2	2,2	68,7	28,8
Estado de S.Paulo						
Empregos	1,9	66,6	31,5	1,9*	63,4*	34,3*
Admitidos	1,8	68,8	29,4	2,3*	67,9*	29,8*
Desligados	2,0	70,3	27,7	2,2*	68,4*	27,6*

Fonte: Anuários RAIS 1985, 1989 e 1990

* dados relativos a 1989

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das transformações do mercado de trabalho se coloca de maneira mais desafiadora para os anos 90 no Brasil. O atual estágio de desenvolvimento capitalista mundial e a chamada Terceira Revolução Industrial têm provocado, nos últimos anos, uma crescente desorganização dos mercados de trabalho dos países

desenvolvidos, com reflexos sobre os seus perfis distributivos e sobre os mecanismos de seguridade social e previdenciária que vinham sendo construídos desde o pós-guerra (Mattoso, 1994).

No Brasil, os novos processos de organização produtiva e o atual estágio de desenvolvimento tecnológico também estão promovendo profundas mudanças no mercado de trabalho e nas formas de determinação de renda da população que ainda se encontra ocupada nas indústrias e mesmo fora dela. O dramático do caso brasileiro é que os efeitos das mudanças de estrutura produtiva (ocorridas, em vários setores, segundo os padrões tecnológicos vigentes nos países desenvolvidos) encontram uma estrutura de seguridade social e previdenciária típica de país subdesenvolvido, que ainda não conseguiu montar mecanismos de proteção de emprego e renda capazes de se defrontar minimamente com a nova situação de insegurança gerada pelo atual estágio de desenvolvimento capitalista mundial. Desta forma, as perspectivas de uma contínua deterioração do perfil distributivo brasileiro se colocam de uma maneira bastante concreta.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁRIAS, Alfonso R. & CORDEIRO, S.H.T.C. Uma discussão sobre a produção e uso dos dados sobre o mercado de trabalho. *Rev.Bras.Est. Populacionais*, Campinas, v.7, n.2, p.219-235, 1990.
- BALTAR, P. & DEDECCA, C. Emprego e Salários nos anos 60 e 70. Campinas: CESIT/UNICAMP. (Mimeo).
- BALTAR, P., DEDECCA, C. & HENRIQUE, W. Mercado de trabalho, precarização e exclusão social no Brasil. IE/CESIT/UNICAMP. (Mimeo)

- CACCIAMALI, M.C. Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro. (Mimeo)
- CACCIAMALI, M.C. Mudanças estruturais e o ajustamento do mercado de trabalho no Brasil na década de oitenta. Estudos Econômicos, São Paulo, 22, p.133-150, 1992 (Edição Especial).
- CAMARANO, Ana Amélia. Informações demográficas: o que se tem, o que se usa e como se usa ? Rev.Bras.Est.Populacionais, Campinas, v.7, nº2, p.207-218, 1990.
- DIEESE(1993)Anuário dos Trabalhadores. São Paulo.
- HOFFMANN, Rodolfo A subdeclaração de rendimentos. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.2, nº1, p.50-54, 1988.
- IBGE Síntese dos Indicadores Básicos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro, 1991.
- JANNUZZI, P.M. Mudanças demográficas na última década: o que dizem os primeiros resultados do Censo 91. Cadernos da FCECA, Campinas, v.3, nº 1, p.40-54, 1994.
- JANNUZZI, Paulo M. Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.29, nº 3, p.197-210, 1995
- MATTOS, F.A.M. Emprego e Distribuição de Renda nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro: os anos 80. Campinas: [s.n.], 1994. Dissertação (Mestrado) - IE/UNICAMP, 1994.
- MATTOS, F.A.M. A Importância do Estudo das rendas do trabalho. Cadernos da FCECA, Campinas, 1995.
- MATTOSO, J. A Desordem do Trabalho. [s.l.]: Scritta, 1994.

- MEDICI, A.C. Metodologia das Pesquisas de emprego no Brasil (uma análise comparativa). In: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.44, nº 176, p.499-560, 1983.
- MEDICI, A.C. As medidas de emprego, desemprego e sub-emprego. In: Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.47, nº 185, p.95-112, 1986.
- MEDICI, A.C. Mulher Brasileira: Muito Prazer. In Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.48, nº 189/190, p.71-98, 1987.
- MÉDICI, A.C. Urbanização e estrutura ocupacional: alternativas metodológicas para uma investigação. Texto para Discussão IEI/202. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1989.
- MÉDICI, A.C. Sem Régua Nem Compasso. Relatório Técnico ENCE 06/91. Rio de Janeiro, ENCE/IBGE, 1991.
- MEDINA, R.L. Desemprego e força de trabalho: uma avaliação metodológica dos conceitos utilizados no Brasil. In: CHAHAD, J.P.Z (org) O mercado de trabalho no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas. São Paulo: FIPE, p.117-136, 1986.
- OLIVEIRA, Jane S. O traço da desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- SABÓIA, J.L.M. & TOLIPAN, R.M.L. A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1985.
- UFRJ/IEI Mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura. Rio de Janeiro, UFRJ/MTb, 1987.
- TROYANO, Annez A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. São Paulo em Perspectiva, v.4, nº 3/4, p.69-74, 1990.